



A Integração Militar Chile-Argentina: Incentivando o Processo de Mudança da Confiança Mútua para a Integração

Tenente-Coronel Felipe Arancibia do Exército Chileno

O Tenente-Coronel Felipe Arancibia Clavel, do Exército Chileno, é Oficial de Estado-Maior, licenciado em Ciências Militares e Diplomado em Direção e Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Bernardo O'Higgins em 1998. Concluiu o mestrado em Ciências Políticas, o de Planejamento e Gestão Estratégica pela Academia de Guerra em 2000, assim como concluiu um mestrado em Ciências Políticas da Universidade Católica do Chile em 2003. Ele é do Magistério Militar, atuando como professor da Academia Militar nas cadeiras de História Militar, Geografia Militar e Geopolítica. Atualmente, é o Chefe de Departamento do Estado-Maior do Centro de Treinamento Operativo Tático da Academia de Guerra do Exército (CEOTAC), além de cumprir as funções de professor no mesmo Estabelecimento.

ESTE ARTIGO DESCREVE uma tese de mestrado em Ciências Políticas, pela Universidade Católica Chilena, sobre o processo de Integração do Chile com a Argentina intitulada Criando Unidades Militares Combinadas de Caráter Permanente.

O processo de integração bilateral entre o Chile e a Argentina está passando por um período de ajustes complexos, os quais têm gerado algumas promissoras expectativas na relação desses países. Depois da redução do nível de intensidade de medidas de integração entre ambos, durante a década de noventa, em consequência da dinâmica da política e da economia do Cone Sul, atualmente, suas autoridades estão superando as dificuldades ocorridas e priorizando suas relações bilaterais.

As relações bilaterais nos últimos cinco anos, na área de segurança e de defesa, têm se ampliado e são bastante promissoras. Tal fato é um paradoxo, pois historicamente a área de segurança foi motivadora da desconfiança e, sobretudo, um empecilho para os avanços na cooperação entre ambos.

O objetivo do presente artigo é apresentar, no contexto do debate acadêmico, uma maneira de evoluir nas relações de confiança e cooperação entre o Chile e a Argentina, substituindo as medidas de fomento de confiança mútua por medidas de integração verdadeiras, em especial na área de segurança e defesa.¹

Inicialmente, faremos uma breve passagem pelo processo de integração que vem ocorrendo nos últimos 20 anos, dando ênfase aos acontecimentos no âmbito militar para depois propor a criação, como medida de integração, de uma unidade militar combinada de caráter permanente.

O Processo de Integração

Um dos episódios mais importantes e perigosos durante a longa relação bilateral de conflito entre a Argentina e o Chile refere-se ao canal de Beagle. Apesar de perspectivas pessimistas, tal conflito foi solucionado pacificamente pela prudência e diplomacia, por intermédio do Tratado de Paz e Amizade assinado em 1984.² Podemos afirmar que este tratado teve um impacto sem precedentes, sendo considerado um marco histórico no processo de integração e cooperação entre os dois países, ainda em andamento.³

O recente processo de integração entre o Chile e a Argentina, em andamento há mais de 20 anos, tem enfrentado diferentes desafios com diferentes graus de intensidade. Apesar das dificuldades, o processo de integração não foi detido.

A evolução da integração não se restringe apenas à esfera bilateral chileno-argentina, mas também ao processo multilateral de integração do cone sul latino americano (MERCOSUL e União Sul-Americana entre outros).

Novas relações de confiança foram estabelecidas com a solução dos problemas de fronteira. O próprio tratado em seu anexo 1 define os procedimentos de conciliação e de arbítrio, sob a responsabilidade de uma Comissão Permanente de Conciliação Argentino-Chilena e de um tribunal de arbítrio composto por ambas as partes.⁴

Um dos aspectos essenciais desse processo foi a oficialização em 19 de outubro de 1985 da Comissão Binacional de Cooperação Econômica e Integração Física entre o Chile e a Argentina, que possui elementos complementares da integração física e da cooperação econômica, como aspectos essenciais e potenciais dessa relação.⁵

Nos primeiros anos, após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, surgiram poucos avanços na integração, sendo alguns duvidosos, persistindo as desconfianças políticas, econômicas e militares. Mas como foi dito, a semente da integração estava presente e tinha sua origem no próprio tratado. No começo da década de noventa, a agenda bilateral moderada e cautelosa deu um salto significativo no processo de integração, cujos dados serão apresentados neste artigo.⁶

Com a declaração presidencial sobre os Limites entre a República do Chile e da Argentina (Buenos Aires, 2 de agosto de 1991), escrita pelos

presidentes Patricio Aylwin e Carlos Menen, os últimos assuntos pendentes a respeito dos limites entre os países foram resolvidos definitivamente (22 casos), ficando ainda por serem solucionados os limites da Lagoa do Deserto e dos Campos de Gelo do Sul (estabelecidos posteriormente e de conhecimento público). Dessa forma, concluíram-se os assuntos sobre as fronteiras pendentes entre o Chile e a Argentina, faltando apenas a definição da demarcação do setor B dos campos de Gelo do Sul e de assuntos relacionados à Antártica. Esses últimos mais complexos, pois vários países disputam esse território, porém segundo o Tratado da Antártica, tais disputas encontram-se suspensas.⁷

O recente processo de integração entre o Chile e a Argentina, em andamento há mais de 20 anos, tem enfrentado diferentes desafios com diferentes graus de intensidade. Apesar das dificuldades, o processo de integração não foi detido.

A partir de 1994, a agenda argentino-chilena intensificou-se alcançando uma interdependência maior, com enfoque em três áreas: a integração física, os investimentos chilenos na Argentina e a interconexão energética que possuem implicações políticas, econômicas e também na área de segurança e defesa.

Na década de noventa a integração avançou consideravelmente, porém nos últimos anos daquele período, houve uma redução significativa daquele avanço em função da crise econômica mundial, que provocou um forte impacto na região. Mesmo assim os interesses pela integração e cooperação persistiram. Nos últimos anos, com a lenta recuperação econômica da Argentina, os índices econômicos melhoraram, embora distantes do dinamismo do início dos anos noventa.⁸

O processo de Integração Militar

O processo de integração ou de colaboração entre os dois países deve ser integral, mas na realidade varia no ritmo e na velocidade dessa

integração. Essa cooperação nem sempre ocorre em apenas uma área ou em áreas separadas, excluindo-se uma da outra. Durante essa fase de integração, o avanço em uma área retarda ou impede outra área.

No decorrer desses 20 anos, as relações entre o Chile e a Argentina têm sido difíceis, da mesma forma que os vínculos que unem ambas as nações por uma história comum.

Os múltiplos antecedentes históricos indicam que logo após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade em 1984, surgiram obstáculos e interferências bilaterais, em face da presença de desconfianças naturais. Principalmente, considerando que os atores governamentais que assinavam o tratado,

Nos primeiros anos, após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, surgiram poucos avanços na integração, sendo alguns duvidosos, persistindo as desconfianças políticas, econômicas e militares.

ainda o faziam a partir de uma lógica do conflito. Persistiam as dúvidas sobre uma possível guerra austral atrelada a uma história de desencontros e desconfianças. Não seria correto afirmar que atualmente não existem suspeitas e desconfianças entre os dois países, porém, hoje, existe o diálogo e a busca da cooperação e integração, o que não ocorria anteriormente.

A segurança de ambos os países, logo após da assinatura do Tratado de Paz e Amizade em 1984 fundamentava-se na conhecida “Hipótese de Conflito” e no equilíbrio de poder, e não precisamente na cooperação e integração regionais. Ou seja, ambos os países possuíam uma visão realista das relações internacionais como era comum na época da Guerra Fria.

No começo da década de noventa, pode-se ressaltar que coube à Argentina o início da concepção de segurança cooperativa, minimizando-se as hipóteses de conflito do passado. Os motivos para tal mudança incluem o advento da democracia, a subordinação das Forças Armadas ao poder político, a solução de problemas pendentes na

região de fronteiras e a necessidade de integração em conformidade com o MERCOSUL. Ou seja, o novo paradigma das relações internacionais, com alicerce na globalização e na integração regional, influenciou a posição da Argentina no contexto internacional com sua mudança na política exterior. As iniciativas da Argentina foram lideradas pelo presidente Menem e ainda estão em vigor em algumas áreas.

No Chile, a concepção de segurança nesse período era mais conservadora, especialmente nos últimos anos da década de oitenta, mantendo-se assim durante os primeiros anos da década de noventa.⁹

Nesse cenário de avanços na integração no âmbito político e econômico, houve o desenvolvimento das Medidas de Confiança Mútua (MCM) na área de segurança e defesa, o que acarretou uma melhora no relacionamento entre ambos os países e, também, entre as suas Forças Armadas.¹⁰

As medidas de confiança mútua que ocorreram na primeira década de noventa tinham um caráter mais formal ou simbólico, sendo restritas a algumas visitas ou reuniões, seguindo um protocolo determinado. Entretanto, essas medidas foram de muita importância no contexto histórico da época em que as relações bilaterais, especialmente militares, estavam bastante distantes, para não dizer que eram quase inexistentes. Conforme definida por Francisco Rojas Avarena, a meta das MCM nesse período era a “Erradicação da Desconfiança”.¹¹

A partir de 1995, logo após as reuniões realizadas com integrantes dos Estados-Maiores das Forças Armadas de ambos os países, os encontros formais das décadas anteriores foram sendo substituídos por fatos e acontecimentos nos campos político e militar. Entre outras ações bilaterais, destacam-se a criação do Comitê de Segurança Permanente Argentino-Chileno (COMPERSG), as reuniões de consulta entre os Ministros de Relações Exteriores e de Defesa de ambos os países e os Mecanismos de Consulta Mútua entre o Estado-Maior de Defesa Chileno e o Estado-Maior Conjunto da República Argentina.

Estima-se que o COMPERSEG¹² foi uma instância de extrema relevância na integração de ambos os países no âmbito da defesa. Uma análise dos temas tratados em mais de 14 reuniões, desde a sua criação, identifica um avanço significativo



AFP

Em outubro de 2002, o Presidente da Argentina Eduardo Duhalde e o Presidente do Chile Ricardo Lagos se reúnem no palácio presidencial em Santiago, Chile, para assinar acordos de cooperação comercial mútua entre os dois países.

das temáticas, ações e medidas adotadas no decorrer do tempo. O objetivo do comitê é consultar e coordenar, porém, a partir do ano de 2000, esse mecanismo ampliou-se e teve um maior alcance, demonstrando que efetivamente o COMPERSEG é a instância indicada para tratar de assuntos relativos à defesa, segurança regional, bilateral e multilateral.¹³

Definitivamente, as iniciativas de defesa e segurança convergem ou originam-se nesse comitê. Com sua criação, as relações bilaterais em assuntos de defesa e segurança começaram a ser institucionalizadas.

Outra demonstração de aproximação e de diminuição da desconfiança entre os países refere-se às reuniões entre atores políticos de importância (como são os respectivos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores — reuniões “2+2”), seguindo uma agenda aberta com o objetivo de se avaliar, de modo abrangente, todas as iniciativas de cooperação e integração que

surgiram e se multiplicaram em diversas áreas da relação bilateral.¹⁴

Um novo mecanismo de consultas entre os Estados-Maiores dos dois países foi criado em 1994 com o objetivo de fomentar a confiança mútua e o desenvolvimento de uma concepção de segurança nesta região da América do Sul. Trata-se de uma instância técnica que cria possibilidades de cooperação bem como operacionaliza as concepções, fruto de reuniões como, por exemplo, do COMPERSEG e das reuniões “2+2”.¹⁵

De acordo com a metodologia usada para definir as Medidas de Confiança Mútua descritas acima, no início da metade da década de noventa as relações bilaterais tinham como objetivo o seu estabelecimento, pois já existiam algumas formas adjacentes, apontando para uma nova forma de relacionamento. Essa condição de confiança foi plenamente atingida com o passar do tempo, trazendo uma crescente comunicação, uma troca constante de informações e, sobretudo,

a transparência e uma maior cooperação. O mais importante foi a criação de uma nova instituição com arquitetura permanente responsável pela vinculação bilateral nessa área. Como sinaliza Rojas, a dissuasão como estratégia não tem variações além de seu propósito de eliminar conflitos. Essencialmente, o conceito de prevenção e de uma concepção defensiva são elementos centrais do modelo dissuasivo.¹⁶

Além das três instâncias de diálogo e de cooperação apresentadas acima, é importante salientar que existem outras reuniões bilaterais no âmbito do alto escalão. Pode-se citar, por exemplo, os encontros entre as Cúpulas Presidenciais, as reuniões dos Ministros de Defesa (sejam bilaterais ou multilaterais), o intercâmbio direto entre as Forças Armadas de cada país e, inclusive, as reuniões técnicas entre as guarnições da marinha na fronteira dos dois países. Sendo assim, essas relações tornam-se ainda mais complexas com o crescimento da interdependência e dependem dos atores envolvidos na tomada de decisão.¹⁷

De forma geral, o resultado deste emaranhado de encontros, reuniões e diálogos verticais ou horizontais no final da década de noventa e princípios da década atual, provocou o aumento das relações bilaterais, especificamente, na área de segurança e de defesa. Conseqüentemente, existe uma crescente institucionalização desse processo em que as medidas de confiança substituíram o contato protocolar e formal, por medidas de desenvolvimento mais concreto.

Observando a evolução das relações bilaterais, a partir de uma perspectiva global e particularmente na área de segurança e de defesa, com base nas Medidas de Confiança Mútua, acredita-se que nos últimos anos iniciou-se um processo de aprofundamento da confiança. Esse momento é bastante representativo e pode-se destacar dois fatos que apontam para um futuro otimista, fruto do amadurecimento do relacionamento entre o Chile e a Argentina. O primeiro episódio reflete a denúncia de espionagem pelo Consulado Argentino em Puntas Arenas, em dezembro de 2003. O segundo, o não cumprimento dos acordos relativos à integração energética pela Argentina durante 2004 e 2005. Esses dois incidentes inesperados, em pleno processo de integração,

estão sendo tratados em suas respectivas áreas de modo a não afetar as relações bilaterais.

Exemplos das ações na área de defesa que ilustram o nível de confiança entre os dois países incluem: a criação do COMPERSEG e de outros mecanismos de intercâmbio, a realização de exercícios combinados, a integração de unidades para operações de paz e a redução ou a eliminação das hipóteses de conflito.

Atualmente, o crescimento da confiança entre os dois países possibilita se avançar ainda mais, com ações que permitam visualizar, a curto e a longo prazo, uma nova etapa desse relacionamento, incluindo medidas de integração que, entre outros aspectos, incluam a criação de uma força combinada de caráter permanente.

Quais são as medidas ou ações que ainda faltam ou que precisam ser fortalecidas para alcançar esse nível de relacionamento entre o Chile e a Argentina? Quais são as etapas a serem superadas? Seria conveniente prosseguir? Que benefícios esse relacionamento traria para ambos os países?

Medidas de Integração nas áreas de Segurança e de Defesa

Em toda análise precisa-se entender que o processo de integração permanece incompleto caso não sejam incluídas as áreas de segurança e defesa. A inclusão das áreas de segurança e defesa contribui para a manutenção de uma visão e uma identidade própria da segurança regional. Subentende-se que a segurança encontra-se baseada no conceito da dissuasão, que visa inibir a ocorrência de um eventual conflito armado, aspecto fundamental para que haja uma interação das Forças Armadas. Tal fato tem grande importância para o Chile que tem a dissuasão como alicerce de sua política de defesa. A integração militar bilateral é favorável à manutenção da colaboração com outras organizações regionais ou mundiais, que possibilitem evitar qualquer intervenção na região. A cooperação militar inclusive contribui com o direito de cada nação de viver em paz e em liberdade (Segurança Cooperativa).¹⁸

A criação de unidades combinadas entre o Chile e a Argentina é uma forma de se transpor o muro que separa as Medidas de Confiança Mútua das Medidas de Integração.



AFP

Os Presidentes Eduardo Duhalde da Argentina e Ricardo Lagos do Chile, em 29 de outubro de 2002.

Para se avançar rumo à uma efetiva integração, ainda se observa à falta de vontade política das respectivas autoridades, a discussão sobre o assunto, inclusive no meio acadêmico e, sobretudo a inclusão do setor técnico-militar no tema. Esses passos podem ser resumidos com as seguintes ações:

- direcionar a agenda bilateral para temas políticos e de nível operacional;
- analisar e aplicar as lições aprendidas com outras experiências semelhantes no mundo;
- continuar com o processo de estruturação de unidades combinadas “ad hoc” (criadas com um fim determinado), como aconteceu em Chipre e atualmente no Haiti;
- adotar transparência nas iniciativas propostas para a região de forma que essas não causem desconfiança e possam ser projetadas para um nível multilateral;
- otimizar a utilização da COMPERSEG e melhorar as instituições existentes;

- determinar os propósitos e missões de uma eventual unidade combinada e
- definir as estruturas e os custos associados.

Esses temas devem ser incluídos na agenda dos dois países de forma que transpareçam a vontade política para se operacionalizar as idéias discutidas nas reuniões “2+2”, do COMPERSEG, dos Estados-Maiores, assim como as reuniões das Cúpulas Presidenciais, Reuniões de Autoridades Cíveis e Militares, dentre outras.

A vontade política de avanço rumo à integração militar teve um salto significativo no final do ano 2005. Em agosto desse mesmo ano, o Ministério da Defesa dos governos da Argentina e do Chile redigiram um Protocolo de Entendimento que incluiu uma Comissão Tarefa para criar uma Força Combinada de Paz Binacional a curto prazo.¹⁹ Em dezembro, após quatro meses de trabalho, foi assinada a ata do Acordo Bilateral entre os dois Ministérios, prevendo-se a criação de uma

Força Combinada de Paz e, também, os critérios necessários para um Estado-Maior Conjunto Combinado.²⁰ As iniciativas em andamento estão direcionadas para o cumprimento de missões no âmbito da MINUTASH (Haiti), e apesar de ilustrar os avanços alcançados, esses ainda são insuficientes quando comparados a outros acordos mundiais.

Seguindo essa ordem de idéias, é importante se observar os processos de integração militar que ocorreram em outras partes do mundo para se tirar proveito dessas experiências e aplicá-las no processo de integração bilateral em que se encontram o Chile e a Argentina. Um exemplo é o processo de integração franco-alemão que permitiu a criação da Brigada Franco-Alemã, que compõe a base do Corpo Europeu. Analisando os acontecimentos, o processo franco-alemão em sua totalidade beneficiou ambas as nações bem como potencializou a integração européia.

A criação de unidades combinadas entre o Chile e a Argentina é uma forma de se transpor o muro que separa as Medidas de Confiança Mútua das Medidas de Integração.

Essa integração é chamada por muitos de motor da união européia, especialmente em relação a segurança e defesa, por ter propiciado a formação de uma unidade multilateral que possui a virtude de servir aos três pilares da segurança européia: a OTAN, a UE (UEO) e a OSCE. Cabe perguntar se o processo de integração chileno-argentino poderia representar o início concreto de um projeto multilateral de tamanha relevância que possa potencializar outros existentes.²¹

A participação de forças militares argentinas e chilenas, por intermédio de Unidades “ad hoc”, como no caso do Chipre e Haiti, são experiências inestimáveis que favorecerão a criação de uma Unidade Combinada de caráter permanente.

A institucionalização propiciada com a criação do COMPERSEG, reuniões “2+2” e os mecanismos de consulta mútua são, ainda,

insuficientes por serem fragmentados. Essa fragmentação ficou comprovada quando se teve que criar um Comitê Tarefa para implementar a Força de Paz Combinada, pois o existente não englobava todos os temas e iniciativas na área de segurança e de defesa. A ausência de uma instituição desse tipo contribuirá para a criação de uma nova instância, que permitirá incluir todos os setores necessários nessa importante área de segurança e defesa. Um exemplo a ser estudado é o Conselho de Segurança e Defesa Franco-Alemão. Sua constituição inclui tanto os níveis políticos como mais específicos envolvendo os Ministérios das Relações Exteriores e Defesa de ambos os países, de modo que as políticas diretivas de ambos sejam implementadas, obtendo-se em primeiro lugar a confiança mútua e a aproximação de posições em assuntos divergentes. Os resultados alcançados por essa estrutura incluem a obtenção da interação, coordenação e da harmonização que lideraram as iniciativas no âmbito de segurança e defesa, no contexto da segurança européia.²²

A criação de uma unidade combinada argentino-chilena deveria seguir propósitos específicos para promover a cooperação na área de segurança e defesa bilateral. Essa unidade representaria também um primeiro passo rumo a uma política regional derivada das metas mundiais, definidas em foros sobre a segurança hemisférica, como a Conferência Especial de Segurança realizada no México em 2003. Naquele encontro, discutiram-se temas comuns sobre a cooperação, especificamente relativos ao conceito de segurança cooperativa. Alguns desses propósitos estão descritos a seguir:²³

- compor uma unidade combinada sob comando único;
- favorecer o conhecimento mútuo entre as Forças Armadas argentinas e chilenas;
- estabelecer métodos de trabalho em comum;
- harmonizar as condições de vida;
- treinar e estabelecer aspectos da operacionalidade entre as unidades militares de ambos os países e
- padronizar e homologar o material e o equipamento de forma mais eficaz.

O cumprimento desses objetivos permitirá se alcançar um conceito chileno-argentino



AP

Em março de 2004, houve uma cerimônia nos Andes, na fronteira entre o Chile e a Argentina, para comemorar o centenário da estátua do Cristo Redentor, a qual é um tributo à paz.

comum sobre segurança e defesa, o que irá facilitar a definição dos tipos de missões a serem cumpridas, incluindo:

- defesa comum;
- manutenção e estabelecimento da paz e
- ações humanitárias.

Em ordem de importância entre as missões descritas acima, em primeiro lugar está o de servir como único objetivo comum superior, ou seja, contribuir com a segurança e defesa de ambos no contexto da segurança regional e, em segundo lugar, contribuir para a paz hemisférica e mundial.

Essas iniciativas, como já havia sido sugerido, devem ficar explícitas na região por diferentes razões. Primeiramente, para se evitar desconfianças com outros atores regionais sobre seus propósitos e áreas de ação. Em segundo lugar, para que essa iniciativa bilateral caminhe naturalmente para uma iniciativa multilateral que

projete, em um futuro distante, a criação de uma unidade combinada multinacional, incluindo a participação de todos aqueles atores regionais que estiveram dispostos a contribuir com a segurança e defesa regional e mundial.

Conclusões

O Tratado de Paz e Amizade assinado em 1984, marcou o início de um processo de integração chileno-argentino, complementado por diversos acordos e protocolos assinados nos últimos 20 anos, com destaque para as áreas política, econômica e de segurança e defesa. Esse tratado, entre tantos outros, é certamente um marco no processo de integração entre os dois países que permitirá o desenvolvimento e a evolução da integração bilateral.

O processo de cooperação existente entre o Chile e a Argentina permite concluir que ocorreram avanços em ritmos diferenciados e que, apesar

das dificuldades surgidas, a integração continua avançando e criando oportunidades para uma maior colaboração e complementação. Apesar das assimetrias existentes, a integração satisfaz as necessidades de ambos os países.

As relações chileno-argentinas, no período estudado, não se restringem apenas a uma relação entre Estados. Essa relação é transversal em diferentes áreas e em diferentes níveis de tomada de decisão e apontam para uma maior interdependência e complexidade devido ao número de atores participantes das negociações.

O Tratado de Paz e Amizade assinado em 1984, marcou o início de um processo de integração chileno-argentina, complementado por diversos acordos e protocolos assinados nos últimos 20 anos, com destaque para as áreas política, econômica e de segurança e defesa. Esse tratado, entre tantos outros, é certamente um marco no processo de integração entre os dois países que permitirá o desenvolvimento e a evolução da integração bilateral.

Atualmente, a relação entre a Argentina e o Chile mantém o seu foco na cooperação e integração, descartando a relação de conflito existente no passado sobre questões de fronteiras. As possibilidades de novas fontes de atritos não estão descartadas, mas atualmente existe uma instituição pronta para solucioná-los. De uma maneira geral, as instituições criadas, para se tornarem mais eficientes, precisam ser aprimoradas.

A estrutura das Medidas de Confiança Mútua na área da defesa permitiu construir uma relação que progressivamente erradicou suspeitas existentes e construiu uma relação de profunda confiança, pronta para colaborar e cooperar na atualidade. Portanto, pode-se concluir que o eixo condutor para a integração militar são as medidas de

confiança mútua, que tornam-se fundamentais para a continuação da cooperação e complementação, transformando-se em medidas de integração necessárias à implantação de um sistema de segurança cooperativo na região.

A geração de medidas de integração militar implica na criação de uma nova instituição que combine, entre outros temas, a vontade de prosseguir nas concepções políticas das relações externas, de segurança e de defesa comum, partindo-se de uma perspectiva bilateral. Essa nova instituição teria a missão de: definir e monitorar a criação das unidades combinadas, estabelecer um sistema de formação conjunta de militares prontos para cooperar, homologar e padronizar os equipamentos, material e procedimentos logísticos e continuar a desenvolver novas medidas sobre o tema. Sendo assim, pressupõe-se atingir a união de diferentes níveis de liderança (incluindo os níveis políticos e político-estratégicos) de forma combinada, para alcançar a interpenetração entre diferentes países e níveis, aumentando-se assim a eficiência dessa nova instituição, com destaque para aqueles temas que satisfaçam ambos os países.

Considerando a grande quantidade de ações de cooperação e de integração apresentadas nas chamadas medidas de confiança mútua como a criação de unidades combinadas “ad hoc”, treinamento conjunto, intercâmbio de oficiais, reparação naval e intercâmbio tecnológico de sistemas de defesa, não se vislumbram grandes obstáculos que possam dificultar o avanço de medidas de integração que projetem a segurança cooperativa para a estruturação de unidades combinadas de caráter permanente.

Os objetivos da criação de uma unidade combinada chileno-argentina dependem da magnitude, composição e da missão a ser cumprida. Em relação à sua missão, para que a unidade alcance o processo de integração na região, deve antecipar-se à ocorrência de conflitos bem como gerenciar crises regionais, temas de defesa comum e de operações de paz que contribuam com a segurança internacional. Essas missões progredirão com o decorrer do processo de integração. Considerando-se que as operações de paz são as missões da atualidade, essas constituem a base da criação de unidades dessa natureza. Isto não descarta a possibilidade de estabelecimento de outras entidades no futuro que envolvam o conceito

de defesa comum, para que os efeitos integrativos não sejam apenas cosméticos e superficiais.

Finalmente, considerando os aspectos abordados no presente artigo, pode-se afirmar que hoje é possível criar uma entidade combinada de caráter permanente no contexto da integração bilateral entre o Chile e a Argentina, o que já foi confirmado pela Ata de Acordo Bilateral ente ambos os

Ministérios da Defesa, no dia 27 de dezembro de 2005, a qual esboçou a implementação de uma Força de Paz Combinada e de seus critérios de atuação bem como a composição de um Estado-Maior Conjunto Combinado, o que representa, efetivamente, transpor o muro entre as medidas de confiança e as verdadeiras ações de integração entre os dois países. **MR**

Referências

1. Entende-se por medidas de confiança mútua aquelas com o propósito de prevenir situações de crise e conflito, tratando de fortalecer a paz e a segurança internacional. Por outro lado, as medidas de integração incluem outra dimensão de relações entre os atores internacionais, que considera a cooperação e a interdependência dentro do conceito mais amplo de integração, considerando todos os aspectos inclusive os que estão relacionados com a segurança e defesa. Existe uma extensa literatura especializada sobre medidas de confiança mútua que incluem de forma detalhada estes tipos de ações, destacando entre outros autores como Augusto Varas, Juan Emilio Cheyre, Francisco Rojas e Isaac Caro.

2. Ministério de Relações Exteriores do Chile. Tratado de Paz e Amizade entre o Governo da República do Chile e o Governo da República da Argentina. Cidade do Vaticano, 29 de novembro de 1984.

3. Para entender a dinâmica do conflito austral, recomendo a leitura do livro *Escuadra en Acción* de Patricia Arancibia e Francisco Bulnes, que permitirá ao leitor compreender como a Argentina e o Chile estiveram próximos da guerra.

4. Ministério das Relações Exteriores do Chile, Anexo Número 1.

5. Os primeiros anos de funcionamento desta comissão não foram muito frutíferos, o que foi revertido na década de 1990, quando aconteceu uma explosão no avanço do processo de integração física e econômica entre o Chile e a Argentina como resultado das prioridades da política exterior de ambos países. Mesmo assim, é importante observar o impacto da criação da Comissão Binacional em dois aspectos: primeiro o bilateral que afeta diretamente aos países em questão e segundo o local que é afetado diretamente pela integração física (habilitação na cruzada da fronteira e a criação de corredores de passagem). Estes acontecimentos locais permitem o desenvolvimento e a interdependência mútua, bem como a integração em nível nacional, incluindo os setores privados e locais.

6. No aspecto global o término da guerra fria foi um fator impulsionador da integração entre os países. A mudança no contexto mundial afetou as relações bilaterais dados os novos paradigmas de relações internacionais em que a globalização e integração predominam na relação entre os países. Coincidentemente, particularmente no caso do Chile e da Argentina, o advento de governos populares foi fundamental para impulsionar a cooperação entre países. A democracia foi mais um elemento de reinserção destes países no contexto mundial.

7. Para compreender melhor o caso da Laguna del Desierto e os Campos de Gelo, sugere-se a leitura de *Análisis Histórica de la Laguna del Desierto*, da Universidade de Bernardo O'Higgins, Santiago, Chile, 1995 e *Questión de Límites entre Chile y Argentina* de Fernando Saenger, Santiago, Chile, 1997, Editorial Jurídica Conosur.

8. O dinamismo integrativo da década de noventa pode ser ressaltado pela quantidade de acordos comerciais e políticos assinados neste período. Durante o período de 1984 a 1990, foram promulgados apenas dois acordos bilaterais com a Argentina, comparado a 38 que foram promulgados na década de noventa e 12 entre 2001 e 2004. No plano econômico, cabe ressaltar que durante os primeiros anos do governo do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, os investimentos chilenos na Argentina tiveram um crescimento significativo, aumentando para 5.500 milhões de dólares o que significa que neste período em cada US \$10,00 de investimento Chileno no exterior, US \$6,00 dólares foram na Argentina.

9. A visão chilena deste período foi explicitada pelo Ministro de Defesa da época, Patricio Rojas, no seu balanço de defesa no período entre 1990-1994, dizendo que " ... dada a incredibilidade do sistema

internacional e do processo de transição, após o término da guerra fria, a política de defesa buscou otimizar a capacidade de dissuasão e de defesa em função do aparecimento de risco e contingência que possam afetar o país". Entende-se nas palavras do ministro a validade da necessidade de manter invariável as hipóteses de conflito, com uma ênfase maior na dissuasão, mas sem variar na concepção estratégica fundamental.

10. Neste artigo, se utilizará a classificação de Medidas de Confiança Mútua definida por Francisco Rojas Aravena, considerando 4 etapas de confiança, aprofundamento da confiança e planejamento da cooperação. Entretanto, existem outros autores que utilizam outras classificações, por exemplo, Andrés Fontana, Segurança Cooperativa: Tendências globais e o continente americano. Instituto de Serviço Exterior da Nação, Ministério das Relações Exteriores. Comércio internacional e Culto. Buenos Aires, Argentina, maio de 1996.

11. ROJAS AVARENA, Francisco. *Medidas de Confiança Mútua e Balanço Estratégico: Um vínculo em direção da expansão e da estabilidade. Balanço Estratégico e Medidas de Confiança Mútua*. FLACSO-Chile, Santiago, Chile, 1996, p.35.

12. Ministério das Relações Exteriores da República do Chile. *Memorandum de Entendimento entre a República do Chile e a República da Argentina para o Fortalecimento da Cooperação em Assuntos de Segurança e de Interesse Mútuo*. Santiago, Chile, 8 de novembro de 1995.

13. Ministério de Defesa Nacional do Chile. *Atas das reuniões de do Comitê de Segurança Permanente*, realizado entre o dia 7 de maio de 1996 até 22 e 23 de abril de 2004.

14. Ministério de Defesa Nacional do Chile. *Atas de reuniões de consulta entre os ministros das relações exteriores e de defesa Argentina e do Chile*, 1997, 1998, 1999 e 2001.

15. Ministério de Defesa Nacional do Chile. *Atas de reuniões de consulta entre o Estado-Maior da Defesa Nacional, Estado-Maior Conjunto e Alto Comando das Forças Armadas do Chile e da Argentina*. (Atas da 1ª até a 8ª reunião entre os anos de 1997 e 2004).

16. ROJAS, A. Francisco. Op.cit., pp. 35 e 36.

17. No informe *Encontro Acadêmico Argentino Chileno: Rumo a uma nova agenda de cooperação em defesa*. FLACSO Chile, Santiago, Chile, 1 de dezembro de 2003, contém os detalhes dos diferentes encontros presidenciais entre o Chile e a Argentina. Além disto, FLACSO conta com uma base de dados bastante completa sobre os encontros dos ministros da Defesa, medidas de Confiança Mútua etc...

18. ARANCIBIA CLAVEL, Felipe. *Processo de integração chileno-argentino. Momento para criar uma unidade militar combinada de caráter permanente?* Tese de mestrado em Ciências Políticas pela Universidade do Chile, dezembro de 2005.

19. Ministério de Defesa Nacional Chileno. *Protocolo de Entendimento*. Santiago, Chile, 29 de setembro de 2005.

20. Ministério de Defesa Nacional Chileno. *Ata de acordo bilateral entre o Ministério de Defesa das Repúblicas da Argentina e do Chile para a criação de uma força de paz combinada*. Santiago, Chile, 27 de dezembro de 2005.

21. Na tese do autor do presente artigo existe uma análise mais detalhada do modelo franco-alemão e suas semelhanças e diferenças com o argentino-chileno.

22. ARANCIBIA, C. Felipe, op.cit. p. 15.

23. Ibid. pp. 18 e 19.